

Atividade Científica Decorrente da Dissertação de Mestrado

Universidade del Sol – UNADES - Paraguai

MARGARETH LARA VEIGA

**O ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES
COMO FORMA DE VIOLÊNCIA: reflexões e formas de enfrentamento em
uma escola municipal do 1º grau em Trindade, Goiás - Brasil**

Minuta descritiva decorrente da pesquisa científica apresentada ao Programa de Pós-Graduação em **Ciências da Educação**. Área de concentração: **Educação**. Curso de Mestrado em Ciências da Educação.

Período de realização: 07/2023 a 07/2025

Orientadora: Dra. Alba Maria Mendoza Cantero

RESUMO

O abuso sexual contra crianças e adolescentes constitui uma das formas mais graves de violação dos direitos humanos, permanecendo como problema estrutural e cultural na sociedade brasileira, apesar dos avanços legais e institucionais. Nesse contexto, o estudo problematizou de que modo a escola, reconhecida como espaço de formação e proteção, responde às situações de abuso sexual infantojuvenil e quais limites ainda comprometem sua atuação. A pesquisa teve como objetivo investigar esse fenômeno, compreendendo-o como expressão de violência estrutural e cultural, bem como propor estratégias de enfrentamento no cotidiano escolar. Trata-se de uma investigação de abordagem qualitativa, desenvolvida em uma escola municipal de ensino fundamental situada no município de Trindade, Goiás, com a participação de sete professoras. A produção dos dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, aplicadas em formulário digital, e a análise foi realizada com base na técnica de análise de conteúdo. Os resultados evidenciaram que as docentes demonstram sensibilidade para identificar sinais comportamentais, emocionais e físicos associados ao abuso, porém enfrentam entraves significativos para agir de modo efetivo, entre os quais se destacam a insuficiência formativa, o medo de represálias, a ausência de protocolos institucionais e a fragilidade da articulação com a rede de proteção. Concluiu-se que o enfrentamento da violência sexual infantojuvenil exige

formação continuada, educação sexual crítica, fortalecimento da escuta qualificada e ações interinstitucionais capazes de consolidar a escola como espaço efetivo de proteção da infância.

Palavras-chave: Abuso sexual infantojuvenil. Violência estrutural. Proteção escolar. Formação docente. Rede de proteção.

SEXUAL ABUSE AGAINST CHILDREN AND ADOLESCENTS AS A FORM OF VIOLENCE: reflections and ways of coping in a municipal 1st grade school in Trindade, Goiás - Brazil

ABSTRACT

Sexual abuse against children and adolescents constitutes one of the most serious forms of human rights violation, remaining a structural and cultural problem in Brazilian society despite legal and institutional advances. In this context, the study problematizes how the school, recognized as a space for education and protection, responds to situations of child and adolescent sexual abuse and which limitations still compromise its performance. The research aimed to investigate this phenomenon, understanding it as an expression of structural and cultural violence, as well as to propose coping strategies for everyday school life. This is a qualitative study, carried out in a municipal elementary school located in the municipality of Trindade, Goiás, with the participation of seven female teachers. Data were produced through semi-structured interviews applied in a digital form, and the analysis was conducted based on the content analysis technique. The results showed that the teachers demonstrate sensitivity in identifying behavioral, emotional, and physical signs associated with abuse; however, they face significant obstacles to acting effectively, among which the most prominent are insufficient training, fear of retaliation, the absence of institutional protocols, and the fragility of articulation with the protection network. It is concluded that confronting child and adolescent sexual violence requires continuing education, critical sexual education, the strengthening of qualified listening, and interinstitutional actions capable of consolidating the school as an effective space for the protection of childhood.

Keywords: Child and adolescent sexual abuse. Structural violence. School protection. Teacher education. Protection network.

EL ABUSO SEXUAL CONTRA NIÑOS Y ADOLESCENTES COMO FORMA DE VIOLENCIA: reflexiones y formas de afrontar una escuela municipal de primer grado en Trindade, Goiás - Brasil

RESUMEN

El abuso sexual contra niños, niñas y adolescentes constituye una de las formas más graves de violación de los derechos humanos, y permanece como un problema estructural y cultural en la sociedad brasileña, a pesar de los avances legales e institucionales. En este contexto, el estudio problematiza de qué modo la escuela, reconocida como espacio de formación y protección, responde a las situaciones de abuso sexual infantojuvenil y qué limitaciones aún comprometen

su actuación. La investigación tuvo como objetivo analizar este fenómeno, comprendiéndolo como expresión de violencia estructural y cultural, así como proponer estrategias de enfrentamiento en la vida cotidiana escolar. Se trata de un estudio de enfoque cualitativo, desarrollado en una escuela municipal de educación primaria ubicada en el municipio de Trindade, Goiás, con la participación de siete profesoras. La producción de los datos se realizó mediante entrevistas semiestructuradas aplicadas en un formulario digital, y el análisis se llevó a cabo con base en la técnica de análisis de contenido. Los resultados evidenciaron que las docentes demuestran sensibilidad para identificar señales conductuales, emocionales y físicas asociadas al abuso; sin embargo, enfrentan obstáculos significativos para actuar de manera efectiva, entre los que se destacan la formación insuficiente, el miedo a represalias, la ausencia de protocolos institucionales y la fragilidad de la articulación con la red de protección. Se concluye que el enfrentamiento de la violencia sexual contra niños, niñas y adolescentes exige formación continua, educación sexual crítica, fortalecimiento de la escucha cualificada y acciones interinstitucionales capaces de consolidar a la escuela como un espacio efectivo de protección de la infancia.

Palabras clave: Abuso sexual infantil y adolescente. Violencia estructural. Protección escolar. Formación docente. Red de protección.

INTRODUÇÃO

O abuso sexual contra crianças e adolescentes constitui uma das expressões mais perversas da violação dos direitos humanos, permanecendo, em muitos contextos, como uma realidade encoberta, mesmo sob a vigência de legislações nacionais e de tratados internacionais que o condenam de forma inequívoca. Sua gravidade não se limita à violência material do ato, pois se enraíza em estruturas culturais, sociais e simbólicas que, ao longo do tempo, banalizaram desigualdades, silenciaram vítimas e favoreceram a continuidade da impunidade.

Nesse cenário, a escola ocupa lugar particularmente sensível, uma vez que, por sua função formativa e por sua presença cotidiana na vida de crianças e adolescentes, deveria constituir-se como espaço de proteção, escuta e encaminhamento. Ainda assim, a experiência concreta revela que muitas instituições escolares não dispõem de condições pedagógicas, éticas e institucionais suficientes para enfrentar, com a seriedade e a complexidade requeridas, esse fenômeno tão doloroso quanto persistente.

Ao compreender a violência sexual como uma questão profundamente ética e cultural, Faleiros (2003) desloca o debate para além da esfera jurídica e chama atenção para a urgência de mudanças mais densas nos valores sociais, especialmente no modo como a infância é protegida e a educação sexual é concebida. Nessa mesma direção, Costa (2017) assinala que a notificação dos casos não é mero procedimento burocrático, mas condição indispensável para que o poder público produza respostas efetivas e socialmente responsáveis. Apesar disso, a

escola ainda encontra obstáculos que enfraquecem sua capacidade protetiva, entre os quais se destacam a formação insuficiente dos professores, a ausência de protocolos claros, o temor diante de conflitos e os persistentes tabus que cercam a sexualidade infantil (Costa, 2017; Faleiros, 2003). Como consequência, sinais recorrentes em vítimas, como dificuldades de aprendizagem, retraimento, agressividade e falas sexualizadas, muitas vezes são lidos de forma apressada e equivocada, como se fossem apenas manifestações passageiras do comportamento infantil (Faleiros, 2003).

A presente pesquisa nasceu de um lugar em que a dor íntima e a reflexão acadêmica se encontraram de forma incontornável. Sua origem reside, de um lado, na experiência pessoal da autora, marcada pela violência do abuso e pelas marcas que ele inscreve na memória e na existência, e, de outro, na necessidade intelectual e ética de compreender como a escola pode converter-se em espaço verdadeiro de proteção, acolhimento e escuta. Com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, sob o Parecer Consubstanciado nº 7.175.743, o estudo foi fundamentado, principalmente, nas contribuições de Faleiros (1995, 2003, 2005, 2008, 2010), em diálogo com outros autores que problematizam a violência sexual infantojuvenil. Realizada em uma escola municipal do município de Trindade, no estado de Goiás, a investigação buscou analisar esse fenômeno como expressão de uma violência estrutural e cultural, sem perder de vista a urgência de construir estratégias concretas de enfrentamento capazes de transformar o cotidiano escolar em território de cuidado, reconhecimento e defesa da infância.

Contextualização teórica

A compreensão da infância como etapa singular da vida, dotada de dignidade própria e merecedora de proteção específica, não acompanhou a história humana desde sempre, mas foi sendo construída de modo lento, tenso e profundamente contraditório. Na Antiguidade clássica, a criança não era reconhecida como sujeito de direitos, pois se encontrava submetida à autoridade absoluta dos adultos, inserida em uma ordem social que naturalizava práticas hoje inadmissíveis, como a pederastia, legitimada em certos contextos da Grécia antiga e associada à formação cívica e moral dos meninos, com ressonâncias em autores como Platão (2017) e Aristóteles (2019). Já na Idade Média, persistiu a percepção da criança como um adulto em miniatura, condição que favoreceu a normalização do casamento precoce e da prostituição infantil a serviço de interesses políticos e econômicos. Nesse ambiente histórico, a própria Igreja Católica, em diversas circunstâncias, contribuiu para legitimar uniões desde que

consumadas, enquanto estudos como os de Shahar (1992), Karras (1998) evidenciam que a exploração sexual infantil não apenas atravessou a vida social de modo amplo, mas alcançou, de maneira inquietante, até mesmo os espaços religiosos.

Na modernidade, sobretudo entre as elites europeias, começou a tomar forma, ainda que de maneira lenta e desigual, uma nova sensibilidade em relação à infância, agora mais vinculada à educação formal, ao cuidado e à ideia de formação moral, como observou Ariès (1981). Essa mudança, contudo, esteve longe de significar o fim da violência, pois a exploração sexual de crianças continuou a atravessar a vida social, muitas vezes intensificada pelo tráfico humano e pelas dinâmicas brutais da expansão colonial. No Brasil, o regime escravista deu contornos ainda mais cruéis a essa realidade, ao naturalizar a exploração sexual de mulheres, crianças negras e indígenas como prática ordinária da ordem social, conforme evidenciam Del Priore (2009; 2023) e Schwarcz (2012; 2020).

Somente no século XIX surgiram as primeiras tentativas legais de contenção, entre elas o Código Penal de 1890 (Brasil, 1890), que passou a tipificar alguns crimes sexuais. Mais adiante, no cenário internacional, a Declaração de Genebra, de 1924, e a Declaração dos Direitos da Criança da Unicef, de 1959, representaram passos importantes, embora ainda insuficientes. No Brasil, a inflexão mais decisiva ocorreu com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, marco jurídico e civilizatório que consolidou a proteção integral da infância e da adolescência como dever incontornável da sociedade e do Estado (Brasil, 1990).

Apesar dos avanços legislativos, a violência sexual infantojuvenil ainda persiste como problema estrutural e cultural no Brasil contemporâneo. Faleiros (1995; 2003; 2005; 2008; 2010) demonstra que essa violência se sustenta tanto nas desigualdades econômicas e institucionais quanto em valores socialmente naturalizados que silenciam e legitimam a agressão. Nesse cenário, crianças pobres, negras e periféricas permanecem mais expostas à vulnerabilidade (Faleiros, 2005; Schwarcz, 2012). Os efeitos do abuso são profundos e atingem o corpo, a saúde psíquica e a vida escolar, produzindo lesões, infecções, gravidezes precoces, depressão, ansiedade e estresse pós-traumático (Pereira, 2020; Araujo; Lima, 2024). No campo educacional, suas marcas aparecem nas dificuldades de aprendizagem, na evasão escolar e no comprometimento das relações interpessoais (Luis et al., 2022; Silva, 2019).

A escola ocupa lugar estratégico no enfrentamento da violência sexual, pois acompanha de perto o cotidiano das crianças e pode perceber sinais que outros espaços não alcançam

(Barros, 2016). Ainda assim, essa função protetiva esbarra em obstáculos persistentes, como a falta de formação docente, o medo de represálias, a insegurança diante dos procedimentos legais e a permanência de crenças que culpabilizam as vítimas (Ribeiro, 2012). Soma-se a isso a resistência cultural, moral e religiosa à educação sexual, embora ela esteja prevista nos Parâmetros Curriculares Nacionais como tema transversal. Também a fragilidade da articulação entre educação, saúde e assistência social aprofunda as lacunas no atendimento, o que torna urgente a consolidação de redes interinstitucionais de proteção (Barros, 2021; Fernandes, 2021).

Objetivo geral

O objetivo geral desta pesquisa foi investigar o abuso sexual contra crianças e adolescentes e propor estratégias de enfrentamento, compreendendo esse fenômeno como expressão de violência estrutural e cultural.

Objetivos específicos

- discutir os fundamentos teóricos sobre o abuso sexual infantojuvenil;
- analisar as percepções dos professores da escola escolhida como locus da pesquisa;
- identificar estratégias que possam ser adotadas pelas instituições escolares.

Em consonância com esses objetivos, formularam-se três questões norteadoras:

- de que maneira as práticas docentes influenciam esse enfrentamento?
- como a escola pode atuar na prevenção?
- quais limites atravessam essas ações no cotidiano escolar?

Metodologia

A investigação adotou abordagem qualitativa, nos termos de Flick (2009) e Gil (2010), por compreender que esse caminho metodológico permite apreender, com maior densidade, as experiências, percepções e discursos dos professores sobre o fenômeno estudado. Tal perspectiva mostrou-se particularmente fecunda quando se busca interpretar processos institucionais e subjetivos que atravessam práticas sociais complexas, como ocorre no enfrentamento do abuso sexual no espaço escolar. Diferentemente dos métodos quantitativos, essa abordagem favorece um olhar mais atento sobre as interações e os sentidos produzidos pelos sujeitos, alcançando dimensões individuais e coletivas que não podem ser reduzidas a

dados numéricos, como também assinala Andrade (2017).

O estudo foi desenvolvido na Escola Municipal Maria Dolores, localizada em um bairro periférico de Trindade, Goiás, município reconhecido pelo turismo religioso, mas ainda marcado por desigualdades sociais e desafios educacionais persistentes. A instituição atende uma comunidade de baixo poder aquisitivo, dispõe de estrutura física adequada, reúne profissionais habilitados em Pedagogia e organiza suas práticas em consonância com a Base Nacional Comum Curricular. A escolha desse locus não ocorreu ao acaso, pois o contexto socioreligioso do município, articulado ao perfil socioeconômico de alunos e docentes, oferece um campo particularmente expressivo para compreender as percepções docentes sobre o abuso sexual. À época da pesquisa, a escola contava com 29 professores, sendo 15 no turno matutino e 14 no vespertino, além de apresentar classificação NSE 5 no IDEB de 2021.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas. Embora inicialmente previstas em áudio, com posterior transcrição, elas foram adaptadas, por razões operacionais, para formulários digitais na plataforma Google Forms, o que permitiu respostas assíncronas em horários mais adequados aos participantes. Essa adequação metodológica preservou os princípios éticos da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde e ainda favoreceu maior adesão e respostas mais elaboradas. Dos dez professores convidados, participaram sete docentes, todas mulheres, com idades entre 37 e 58 anos, predominando a especialização *latu sensu*, além de duas com mestrado. Para a análise dos dados, recorreu-se à técnica de análise de conteúdo de Bardin (1977), capaz de apreender, com rigor e sensibilidade, os sentidos presentes nas narrativas produzidas.

A análise dos dados percorreu as etapas propostas por Bardin (1977), compreendendo a pré-análise, a codificação e a categorização temática. No momento da codificação, os dados foram organizados de modo predominantemente indutivo, sem perder o diálogo com categorias já apontadas pela literatura, o que permitiu equilibrar escuta sensível e consistência teórica. Assim, expressões como “não fui treinado para lidar com essa situação” foram reunidas na categoria “insuficiência formativa”, enquanto enunciados referentes à ausência de normas formais passaram a compor a categoria “lacunas institucionais”. O uso do software Atlas.ti contribuiu para maior precisão na organização do material e na rastreabilidade das interpretações produzidas. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, com garantia de anonimato e voluntariedade, e a instituição formalizou sua autorização por meio de Termo de Anuência firmado no segundo semestre de 2024.

Resultados

A- Sinais e sintomas de abuso reconhecidos pelas docentes

A análise das entrevistas revelou uma convergência significativa entre as participantes: no cotidiano escolar, as professoras percebem mudanças comportamentais e emocionais que podem estar relacionadas a experiências traumáticas decorrentes do abuso sexual. Entre os sinais mais recorrentes, destacam-se o isolamento social, a agressividade incomum e o retraimento afetivo, em sintonia com o que apontam Shaffer e Kipp (2013), Pereira (2020) e a ABRAPIA (1997). As docentes também relatam a observação de indícios físicos inquietantes, como hematomas sem explicação aparente e desconforto corporal durante atividades físicas, sinais que, mesmo raramente verbalizados pelas crianças, despertam atenção por seu possível vínculo com situações de violência. Como assinala Vagliati (2014), o abuso sexual se expressa de maneira complexa, atravessando atitudes, falas, silêncios, comportamentos regressivos e alterações no sono e na alimentação, o que torna sua identificação um exercício delicado de escuta, sensibilidade e responsabilidade.

Os depoimentos das participantes dão densidade concreta a essa percepção construída no cotidiano escolar. A professora P1 afirma considerar “alarmantes mudanças abruptas no comportamento dos alunos, como isolamento social repentino, agressividade incomum ou comportamento extremamente retraído” (P1, Q3), revelando atenção sensível a alterações que rompem a rotina da criança. Na mesma direção, a professora P5 chama atenção para o uso de “linguagem sexualizada ou inadequada para a idade da criança”, compreendendo esse traço como sinal que não pode ser banalizado. Já a participante P7 relatou o caso de uma aluna marcada por “choros frequentes e intensos” e por “resistência em ir para casa”, situação que, após encaminhamento para apoio especializado, confirmou um episódio de abuso sexual. Esses relatos mostraram que as professoras, muitas vezes, conseguem perceber o sofrimento que se anuncia em gestos, falas e silêncios, embora a transformação dessa sensibilidade em resposta institucional efetiva ainda encontre obstáculos estruturais que serão examinados nas seções seguintes.

As consequências do abuso no percurso escolar das vítimas apareceram com força nos relatos das participantes, que reconhecem, no cotidiano da sala de aula, sinais claros de um sofrimento que ultrapassa o campo emocional e alcança diretamente a aprendizagem. Queda no

rendimento, dificuldade de concentração, recusa em participar das atividades e uma apatia que se instala de forma visível foram mencionadas como marcas recorrentes desse processo doloroso. Silva (2019) esclarece que o trauma pode afetar funções executivas essenciais, como memória de trabalho, autorregulação emocional e planejamento, comprometendo o desempenho cognitivo da criança. Lima (2012), por sua vez, observa que tais repercussões atingem de maneira simultânea o desenvolvimento afetivo e social. Nessa mesma direção, a professora P3 relatou considerar “alarmantes sintomas como recusa em participar de atividades escolares e sinais de medo não justificado, especialmente quando surgem de maneira repentina” (P3, Q3), o que reforça a urgência de uma formação docente capaz de qualificar a leitura desses sinais e transformá-la em resposta responsável.

B- Percepções sobre a resposta institucional

As entrevistas delinearam um quadro inquietante acerca da resposta institucional ao abuso sexual infantojuvenil no contexto escolar. Das falas das participantes emergiram três eixos críticos, insuficiência formativa, medo de retaliações e fragilidade das estruturas institucionais, todos profundamente interligados. No que se refere à formação, houve unanimidade entre as professoras ao apontar a precariedade tanto da formação inicial quanto da continuada sobre o tema. A participante P1 afirmou que “a formação recebida sobre esse tema durante a graduação ou mesmo em cursos de formação continuada é escassa e superficial”, o que compromete a identificação dos casos e a atuação docente diante deles (P1, Q5). As demais participantes reforçaram essa percepção ao mencionar a ausência de conteúdos específicos, de treinamentos consistentes e de incentivo institucional para o enfrentamento do abuso sexual na escola. Tal constatação converge com Ribeiro (2012), ao evidenciar o descompasso entre o que os parâmetros curriculares propõem e o preparo efetivamente oferecido aos professores para lidar com questões relacionadas à sexualidade.

O medo de retaliações apareceu como o segundo grande foco de tensão nas entrevistas, revelando o quanto a denúncia, embora necessária, ainda é cercada por insegurança e solidão no espaço escolar. Quase todas as participantes manifestaram temor diante de possíveis reações hostis de famílias ou até mesmo de colegas, o que fragiliza a disposição de agir. A professora P1 reconheceu sentir “certo receio em denunciar possíveis casos devido ao temor das reações das famílias”, enquanto P2 afirmou que “sempre existe a preocupação com possíveis retaliações ou com o impacto que essas denúncias poderiam causar” (P2, Q7). P3, por sua vez, relatou ter

acompanhado situações vividas por colegas, experiência que aprofundou nela a própria insegurança diante da denúncia. Essa realidade encontra respaldo em Barros (2016), ao mostrar que uma das maiores dificuldades dos professores reside justamente no medo de sofrer represálias por parte dos agressores ou de familiares das vítimas, quadro que Pereira (2020) associa à ausência de suporte institucional efetivo para proteger quem denuncia.

A fragilidade institucional surgiu como o terceiro eixo de análise e talvez seja um dos mais dolorosos, porque expõe o quanto muitos docentes se veem sozinhos diante de situações que exigiriam respaldo claro e ação imediata. As participantes P1, P2, P3 e P4 afirmaram não reconhecer diretrizes formais capazes de orientar a conduta escolar diante de suspeitas de abuso. A professora P2 resumiu essa lacuna ao declarar que “não há protocolos claramente estabelecidos ou eficazes na gestão escolar”, o que amplia a insegurança sobre como proceder (P2, Q8). A esse quadro somam-se a omissão de algumas famílias e a morosidade de instâncias como o conselho tutelar, fatores que intensificam o sentimento de abandono institucional. Costa (2017) e Ribeiro (2012) mostram que, mesmo quando existem normativas, a escola ainda tende a privilegiar dimensões cognitivas, deixando em segundo plano a complexidade da proteção infantojuvenil. Sem lideranças escolares proativas e sem uma rede de apoio efetivamente articulada, a sensação que permanece entre os docentes é a de solidão diante de uma responsabilidade imensa.

C- Desafios na identificação e prevenção: tabu e subnotificação

Dois obstáculos estruturais apareceram de forma recorrente nas entrevistas, o tabu cultural que cerca o tema e a persistente subnotificação dos casos. O primeiro se revela na dificuldade de promover diálogos francos sobre sexualidade e violência, sobretudo em contextos atravessados por valores familiares e religiosos mais conservadores. A professora P2 traduziu essa tensão ao afirmar que “o preconceito e a resistência das famílias, principalmente aquelas mais tradicionais ou cristãs”, constituem a maior barreira para conversas abertas com os alunos (P2, Q4). Essa reação acaba alimentando a falsa ideia de que a escola ultrapassa limites privados ao tratar de questões sensíveis, quando, na verdade, exerce uma responsabilidade legal, ética e pedagógica amparada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990). O mais grave é que esse silêncio social não permanece fora da criança, ele se entranha na vítima, confunde sua percepção e dificulta, muitas vezes por longo tempo, a identificação e a comunicação da violência sofrida.

A subnotificação aparece, assim, como desdobramento direto desse conjunto de entraves, medo, omissão familiar, desinformação e ausência de protocolos institucionais. A participante P4 observou que “a subnotificação é evidenciada por dados estatísticos de relatórios oficiais” e reconhece a distância entre os casos suspeitos percebidos na escola e aqueles que efetivamente chegam à denúncia (P4, Q6). Na mesma direção, a professora P5 atribui esse silenciamento ao medo vivido pelas vítimas, ao receio das famílias diante da exposição social e ao despreparo da própria escola. Pereira (2020) reforça essa leitura ao assinalar que vergonha, autculpabilização, preconceito e desconfiança no sistema legal dificultam a denúncia tanto por parte das vítimas quanto dos profissionais ao seu redor. Romper esse ciclo exige a presença contínua, no currículo escolar, de conteúdos de educação sexual e direitos humanos, capazes de fortalecer a linguagem emocional, a autonomia corporal e a capacidade de reconhecer a violência.

D- Estratégias de enfrentamento propostas

Diante do panorama revelado pela pesquisa, algumas medidas mostram-se centrais para fortalecer o papel da escola na proteção infantojuvenil. Entre elas, a formação docente continuada ocupa lugar prioritário, pois muitos educadores ainda não se sentem preparados para reconhecer sinais de abuso e agir com segurança. Essa fragilidade decorre das lacunas da formação inicial, sobretudo no que se refere aos direitos da criança, à psicologia do desenvolvimento e ao funcionamento da rede de proteção. Por isso, investir em formação permanente, articulada a parcerias com conselhos tutelares, unidades de saúde e serviços sociais, constitui passo essencial para uma atuação escolar mais segura, ética e efetiva.

A implementação de protocolos institucionais claros constitui outro eixo decisivo de intervenção. Quando a escola não dispõe de diretrizes formais, os docentes tendem a agir com insegurança, e respostas improvisadas podem fragilizar ainda mais o atendimento às vítimas. Cada instituição precisa contar com um protocolo acessível, com orientações objetivas sobre como proceder diante de suspeitas, quais órgãos acionar, como organizar a comunicação interna e de que modo resguardar a identidade e a segurança dos envolvidos. Ao lado disso, a educação sexual precisa ser assumida como estratégia preventiva, desenvolvida com base em princípios pedagógicos e em linguagem adequada a cada faixa etária. Tratar de respeito ao corpo, consentimento, direitos sexuais e relações interpessoais saudáveis não significa romper valores, mas cumprir, com responsabilidade ética, a tarefa formativa da escola na defesa dos direitos

humanos.

A escuta qualificada e o acolhimento institucional também são indispensáveis para que a escola se afirme como espaço real de proteção. Isso exige ambientes adequados de escuta e atendimento, com suporte multidisciplinar de pedagogos, psicólogos e assistentes sociais. Do mesmo modo, o enfrentamento só se torna efetivo quando a escola atua em articulação permanente com a rede de proteção, incluindo conselho tutelar, promotoria da infância, serviços de saúde, CRAS e CREAS. Com canais ágeis de comunicação e acompanhamento, amplia-se a possibilidade de respostas mais humanas, seguras e consistentes diante da violência sexual infantojuvenil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação permitiu compreender o abuso sexual infantojuvenil para além do episódio individual, revelando-o como expressão de uma violência estrutural e cultural profundamente enraizada na sociedade brasileira. Trata-se de um fenômeno atravessado por desigualdades históricas, omissões institucionais e silêncios sociais que, muitas vezes, sustentam sua permanência. Nesse contexto, a escola é chamada a assumir uma responsabilidade que excede a mera transmissão de conteúdos, afirmando-se como espaço de proteção e defesa de direitos. O estudo mostrou que os professores da escola nvestigada possuem sensibilidade para perceber sinais de sofrimento em seus alunos, embora encontrem barreiras concretas que ainda dificultam a conversão dessa percepção em ação institucional efetiva.

Reconhecemos as limitações desta investigação: o foco em uma única escola e a sensibilidade do tema podem ter restringido a generalização dos achados, embora precauções metodológicas tenham sido adotadas para garantir a segurança e a liberdade dos participantes. Novos estudos com abordagens comparativas entre redes públicas e privadas, entre diferentes níveis de ensino e com a escuta direta de crianças e adolescentes sobre os mecanismos de proteção escolar podem aprofundar o entendimento do fenômeno. Pesquisas longitudinais sobre os efeitos de capacitações docentes e da implementação de protocolos também gerariam subsídios valiosos para políticas públicas mais eficazes.

Reiteramos, em conclusão, que o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes é uma responsabilidade ética, política e interinstitucional. A escola precisa superar sua postura passiva e assumir, de forma corajosa, o papel de agente protetivo, cultivando uma

cultura escolar pautada na escuta, no acolhimento e no compromisso com a dignidade e a proteção integral da infância.

REFERÊNCIAS

ABRAPIA (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência) **Violência sexual contra crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro: ABRAPIA, 1997.

ARAUJO, Giovana Lilia Lemos de; LIMA, Deyseane Maria Araujo. Parents' perspective on sexual education related to sexual violence against children in the intrafamily scope at a school in Fortaleza. **Perspectivas em diálogo**, v. 11, n. 26, p. 92–113, 2024.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. São Paulo: LTC, 1981.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Edipro, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, Marilene Maria Aquino Castro de. **A participação da escola no enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes em municípios impactados por grandes projetos minero-metalúrgicos: um estudo de caso em Juruti (PA)**. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará.

BRASIL. Código Penal brasileiro. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm.

CAMARGO, Climene Laura de; ALVES, Eloina Santana; QUIRINO, Marinalva Dias. Violência contra crianças e adolescentes negros: uma abordagem histórica. **Texto & Contexto – Enfermagem**, 14(4), p. 608–615, 2006.

COSTA, Irlena Maria Malheiros da. **"Eu dizendo uma coisa e todo mundo dizendo outra": o abuso sexual infantojuvenil em múltiplos contextos**. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. 2. ed. Araraquara: Editora Unesp, 2009.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2023.

FALEIROS, Vicente de Paula. Violência contra a infância. **Revista Sociedade e Estado**, v. 5, n. 2, p. 475–490, 1995.

FALEIROS, Vicente de Paula. Abuso sexual de crianças e adolescentes: trama, drama e trauma.

Serviço Social e Saúde, v. 2, n. 1, p. 65–82, 2005.

FALEIROS, Vicente de Paula. A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário. **SER Social**, v. 2, n. 1, p. 37–56, 2010.

FALEIROS, Vicente de Paula. A questão da violência sexual contra crianças e adolescentes na produção acadêmica. **O Social em Questão**, v. 11, n. 19, p. 57–92, 2008.

FALEIROS, Eva (org.). **O abuso sexual contra crianças e adolescentes: os (des)caminhos da denúncia**. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

FERNANDES, Renata. **Educação sexual nas escolas: desafios e perspectivas**. 2021.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HANAWALT, Barbara. **Growing Up in Medieval London: The Experience of Childhood in History**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

KARRAS, Ruth. **Common Women: Prostitution and Sexuality in Medieval England**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

LEDO NETO, Artur Augusto Fernandes; JACINTO, Jessica Costa; DESIDERIO, Ricardo. Denid Curiosity: when neglected Childhood favors the risk of sexual abuse. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, 2020.

LIMA, Deyseane Maria Araújo. **A educação sexual na escola: desafios e possibilidades**. 2012.

LUIS, Mayara Alves et al. Sexual Violence against Adolescents in the State of Espírito Santo, Brazil: An Analysis of Reported Cases. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, 2022.

MALTA, Deborah Carvalho et al. Factors associated with violence against children in sentinel urgent and emergency care centers in Brazilian capitals. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2017.

MATOS, Rosana Trindade de; OLIVEIRA, Marcio de. Sexual violence and children's literature: a pedagogical tool to protect against violations of children's rights. **Dialogia**, 2023.

PAIXÃO, Ana Cristina Wanderley da; DESLANDES, Suely Ferreira. Analysis of Public Policies for Combating Sexual Violence against Children and Adolescents. **Saúde e Sociedade**, 2010.

PEDROSO, Marcia Regina de Oliveira; LEITE, Franciele Marabotti Costa. Prevalence and Factors Associated with Sexual Violence against Children in a Brazilian State. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, 2022.

PEREIRA, Camila de Alencar. **Representações sociais frente ao abuso sexual contra crianças e adolescentes: culpabilização da vítima e penalidades processuais**. 2020. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Paraíba.

PLATÃO. **O Banquete**. São Paulo: Edipro, 2017.

RIBEIRO, Patrícia Monteiro. **O abuso sexual infantil intrafamiliar e os sentidos compartilhados pelos professores em Recife**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **História do Brasil Nação: 1808-2010**. Volume 3. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SHAFFER, David; KIPP, Karen. **Developmental Psychology: Childhood and Adolescence**. Belmont: Wadsworth, 2013.

SHAHAR, Shulamith. **Childhood in the Middle Ages**. New York: Routledge, 1992.

SILVA, Regisson da. **O monstro amigo: possíveis abordagens no ensino fundamental sobre o abuso sexual em crianças**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Instituto Federal do Espírito Santo.

VAGLIATI, Ana Carla. **Gritos do silêncio: o professor frente à violência sexual contra crianças e adolescentes no espaço escolar**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

VIEIRA, Luiza Jane Eyre de Souza et al. Training for the challenges of sexual violence against children and adolescents in four Brazilian capitals. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2015.